

JUAN JOSÉ URRÁBURU: O QUE É A FALSIDADE LÓGICA E DE QUE MODO SE OPÕE À VERDADE?

QUÉ ES LA FALSEDAD LÓGICA Y CÓMO SE OPONE A LA VERDADE

JUAN JOSÉ URRÁBURU: WHAT IS LOGICAL FALSITY AND HOW DOES IT OPPOSE TRUTH?

Juan José Urráburu

Tradutores:

Paulo Henrique Fernandes da Silva Ferreira Braga¹

Junio Pereira Santana²

Resumo:

O texto é de autoria do filósofo espanhol Juan José Urráburu e discute a natureza da falsidade lógica e sua oposição à verdade, inserido no contexto da filosofia escolástica. A falsidade é definida como uma disformidade entre a cognição e o objeto, podendo ser negativa (ignorância, quando a cognição é incompleta) ou positiva (erro, quando há inadequação, como representar um homem como um asno). A oposição entre verdade e falsidade é considerada contrária, não contraditória, pois ambas são extremos positivos. As questões centrais inserem-se no campo da epistemologia e da lógica.

Palavras-chave: Filosofia Espanhola; Metafísica; Juan José Urráburu

Abstract:

The text, authored by the Spanish philosopher Juan José Urráburu, discusses the nature of logical falsity and its opposition to truth, situated within the context of Scholastic philosophy. Falsity is defined as a disconformity between cognition and the object, which can be negative (ignorance, when cognition is incomplete) or positive (error, when there is inadequacy, such as representing a man as a donkey). The opposition between truth and falsity is considered contrary, not contradictory, as both are positive extremes. The central issues fall within the fields of epistemology and logic.

Keywords: Spanish Philosophy; Metaphysics; Juan José Urráburu

¹ Pós-graduado em Filosofia pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul/SP (USCS), e MBA em História da Arte (USCS). Psicólogo, psicoterapeuta e professor. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9205509580094684>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3616-5758>

² Graduado em Secretariado e Assessoria Internacional pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), com formação sanduíche pela Universidad De Córdoba – Espanha. Técnico em agrimensura. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0004-1848-3968>

Introdução:

O texto do filósofo espanhol Juan José Urráburu apresentado é uma discussão filosófica profunda sobre a natureza da verdade e da falsidade lógica, explorando como elas se relacionam e se opõem. Ele está inserido no contexto da filosofia escolástica e aborda questões centrais da epistemologia e da lógica.

O autor argumenta que a falsidade não é simplesmente a ausência de verdade, mas uma disformidade positiva entre a cognição (o ato de conhecer) e o objeto conhecido. A falsidade lógica é definida como um erro que ocorre quando a cognição não se conforma ao seu objeto, seja por inadequação (disformidade positiva) ou por incompletude (disformidade negativa).

Além disso, defende que a oposição entre verdade e falsidade é de natureza contrária, e não contraditória. Isso significa que verdade e falsidade não são simplesmente negações uma da outra, mas dois extremos positivos que se opõem em termos de conformidade ou disformidade em relação ao objeto.

Em suma, o foco do texto é a falsidade lógica, que ocorre quando a cognição não se conforma ao seu objeto e se divide em dois tipos:

a) *Disformidade negativa*: ocorre quando a cognição não atinge o objeto ou o atinge de forma incompleta. Isso é chamado de ignorância, mas não constitui falsidade propriamente dita.

b) *Disformidade positiva*: ocorre quando há uma inadequação entre a cognição e o objeto, como representar um homem como um asno. Isso é a falsidade propriamente dita.

Texto do autor:

ARTIGO II: O que é a falsidade lógica e de que modo se opõe à verdade?

6. Assim como há uma tripla verdade — transcendente, lógica e moral —, há também uma tripla falsidade. Chama-se falsa uma coisa que, devido à sua aparência exterior, induz a um erro de apreensão, como o ouro falso (*aurichalcum*) que leva alguém a crer que é ouro verdadeiro. Um discurso é falso quando não corresponde às coisas e aos pensamentos daquele que fala. E, por fim, uma cognição é falsa quando não se conforma ao seu objeto.

Portanto, assim como a verdade consiste na adequação entre a coisa e o intelecto, a falsidade consiste na desproporção entre ambos.

Aqui trataremos apenas da falsidade lógica, deixando as outras duas para suas respectivas análises.

A falsidade lógica consiste na disformidade da cognição em relação ao seu objeto. No entanto, essa disformidade pode ser de dois tipos: negativa e positiva.

A disformidade negativa ocorre quando a cognição não atinge seu objeto ou o atinge de forma inadequada e incompleta. Nesse caso, a cognição é dita disforme na medida em que não alcança o objeto, mas tal disformidade é apenas negativa.

Já a disformidade positiva ocorre quando há uma inadequação entre a cognição e o objeto, precisamente naquilo que a cognição pretende apreender. Por exemplo, se uma cognição representasse um homem como sendo um asno ou como não sendo um ser risível, ela seria positivamente disforme.

Contudo, a disformidade negativa, por si só, não é suficiente para constituir a falsidade. Afinal, ninguém considera uma cognição falsa apenas porque não apreende todos os objetos de uma só vez ou porque não compreende um objeto em

toda a sua extensão inteligível. Se assim fosse, todas as cognições humanas estariam sujeitas à falsidade.

Por isso, a disformidade negativa deve ser chamada de ignorância, enquanto a falsidade propriamente dita requer necessariamente uma disformidade positiva.

A falsidade lógica é também chamada de erro e consiste sempre em conhecer algo como sendo o que não é, ou como não sendo aquilo que é.

A relação entre verdade e falsidade pode ser tratada de modo semelhante à relação entre ser e não ser, tal como discutido no artigo anterior.

7. É evidente para todos que a verdade se opõe à falsidade. A dificuldade, no entanto, está em determinar qual o tipo de oposição entre elas.

O Magno Alberto (Alberto Magno) parece ensinar que a oposição entre verdade e falsidade é contraditória. Já São Tomás de Aquino e a maioria dos doutores sustentam que a oposição entre o verdadeiro e o falso é contrária.

Nós adotamos essa última posição.

Para compreender bem essa questão, é necessário considerar alguns pontos:

1º Não estamos tratando das formas abstratas de conformidade e disformidade, de adequação e inadequação, que se encontram no verdadeiro e no falso em si mesmos, mas sim dos atos concretos de cognição conformes ou disformes.

2º Tampouco tratamos da verdade e falsidade presentes em atos que versam sobre objetos distintos ou sobre um mesmo objeto sob diferentes circunstâncias e aspectos. Não estamos perguntando, por exemplo, como diferem as proposições "O homem é um animal" e "O círculo é quadrado". Isso porque tais proposições não são propriamente opostas entre si, mas se comportam como formas distintas e podem coexistir no mesmo intelecto, já que nenhum ser humano possui uma verdade pura e completamente isenta de erro. Aqui tratamos da verdade e falsidade em juízos sobre o mesmo objeto e sob o mesmo aspecto.

3º A questão não envolve a verdade e a falsidade da simples apreensão, mas do juízo. Como veremos em seguida, a falsidade, propriamente falando, não pode ocorrer na simples apreensão.

4º Não discutimos aqui qualquer tipo de verdade e falsidade no juízo, mas especificamente dois juízos sobre o mesmo objeto, um verdadeiro e outro falso, ou seja, juízos objetivamente contraditórios, nos quais um afirma o que o outro nega.

8. A verdade e a falsidade de dois juízos sobre um mesmo objeto se opõem de modo contrário

Demonstração: entre a verdade e a falsidade de dois atos que versam sobre um mesmo objeto, sob o mesmo aspecto, há, evidentemente, uma oposição. No entanto, essa oposição não é relativa, nem contraditória, nem privativa. Logo, é contrária.

A consequência é evidente, pois não há outro tipo de oposição além das quatro tradicionalmente reconhecidas. A maior (premissa maior) também é clara.

Resta, então, demonstrar a menor (premissa menor):

1.º A oposição entre verdade e falsidade não é relativa, pois nem o verdadeiro se refere ao falso, nem o falso ao verdadeiro. Eles não possuem uma relação de reciprocidade, não são simultâneos por natureza nem por conhecimento, características essenciais das oposições relativas.

2.º Tampouco são contraditórios ou privativos, pelo mesmo motivo. A característica própria dessas oposições é que um dos extremos deve ser negativo. No entanto, a verdade e a falsidade são dois extremos positivos: um é um assentimento positivo, o outro é um dissenso positivo, ambos atos físicos reais. Logo, sua oposição não é contraditória nem privativa, mas contrária.

9. Resolução das dificuldades

Objeção 1:

Uma cognição ser disforme em relação à coisa equivale a não ser conforme a ela. Ora, conformidade e não conformidade se opõem contraditoriamente. Logo, verdade e falsidade devem se opor de modo contraditório.

Resposta: Negamos a premissa maior ou, ao menos, fazemos uma distinção. Ser disforme com uma disformidade meramente negativa é, de fato, o mesmo que não ser conforme. Mas, quando a disformidade é positiva, a oposição já não é meramente contraditória. A conformidade e a disformidade positiva sobre um mesmo objeto só podem existir em dois atos positivos distintos. Assim, uma cognição disforme dessa maneira não implica apenas a negação da conformidade, mas a presença de um ato positivo que se desvia do objeto.

Objeção adicional:

A falsidade se relaciona com a verdade da mesma forma que "não branco" se relaciona com "branco". Mas "branco" e "não branco" são contraditórios. Logo, o verdadeiro e o falso também se opõem contraditoriamente.

Resposta: Negamos a premissa maior. A relação entre verdade e falsidade é mais bem comparada à relação entre "branco" e "negro", pois ambos são formas positivas. Não se pode dizer que "não branco" e "negro" sejam equivalentes: "não branco" indica imediatamente a negação da brancura, enquanto "negro" indica diretamente a negritude e, apenas secundariamente, a ausência de brancura.

Objeção 2:

A doutrina exposta parece contradizer a posição comum dos lógicos, segundo a qual a oposição entre duas proposições, uma afirmativa e outra negativa, é contraditória. Ora, a oposição entre uma proposição verdadeira e uma falsa sobre o mesmo objeto é precisamente a oposição entre afirmação e negação. Logo, a oposição entre verdade e falsidade deve ser contraditória.

Resposta: Negamos a conclusão e fazemos uma distinção na premissa menor. Duas proposições opostas segundo afirmação e negação se opõem contraditoriamente se forem consideradas objetivamente, ou seja, conforme aquilo que enunciam e representam. No entanto, se forem consideradas subjetivamente, enquanto atos reais do intelecto, a oposição já não é contraditória.

De fato, os conteúdos objetivos das proposições contraditórias contêm uma contradição, pois uma afirma exatamente o que a outra nega. No entanto, os próprios atos de afirmar e negar são realidades positivas distintas, razão pela qual não podem se opor contraditoriamente. O Cardeal Caetano, em seu comentário à obra *Peri Hermeneias* de Aristóteles, expõe essa distinção de maneira brilhante.

Um exemplo análogo: "o mal acontecer" e "o mal não acontecer" se opõem contraditoriamente. No entanto, "querer que o mal aconteça" e "querer que o mal não aconteça" não se opõem contraditoriamente, mas contrariamente.

Dessa maneira, vê-se que duas proposições que, do ponto de vista lógico e objetivo, são contraditórias, são, do ponto de vista físico e subjetivo, contrárias.

Objeção 3:

O ser e o não ser se opõem contraditoriamente. Mas o verdadeiro e o falso se relacionam da mesma forma que o ser e o não ser. Logo, o verdadeiro e o falso se opõem contraditoriamente.

Resposta: Fazemos uma distinção na premissa maior. O ser e o não ser, considerados objetivamente e fora do intelecto, se opõem contraditoriamente. No entanto, considerados dentro do intelecto, ou seja, como atos de afirmação e negação do ser, a oposição já não é contraditória.

A dificuldade aqui não passa de uma reformulação do problema com outros termos e, portanto, deve ser resolvida da mesma maneira.

Francisco Sylvius explica essa questão dizendo que, embora verdade e falsidade, enquanto estão nas coisas, se relacionem como ser e não ser, dentro do intelecto, sua relação é mais bem descrita como "apreender o ser" e "apreender o não ser". Por consequência, não são contraditórias, mas contrárias.

Outros detalhes sobre essa distinção podem ser encontrados em São Tomás de Aquino.

CAPÍTULO II: Sobre o Sujeito da Verdade Lógica

10. Na cognição verdadeira, podem-se considerar três aspectos: a própria faculdade cognoscitiva da verdade, as espécies intencionais e os hábitos que auxiliam a potência no ato de conhecer, e a própria cognição formal.

Assim, ao investigar o sujeito da verdade, poderia surgir uma controvérsia sobre esses três elementos. Contudo, inquirir quais faculdades ou potências possuem a verdade equivale a perguntar pelos meios para alcançar a verdadeira cognição, questão que abordaremos na disputa seguinte. Já a questão sobre a verdade das espécies intencionais e dos hábitos, por não trazer grande utilidade, deixaremos de lado.

Resta, portanto, investigar em quais tipos de cognição pode residir a verdade ou a falsidade lógica. A cognição é tripla: há a simples apreensão da coisa, o juízo e o raciocínio. No que se refere ao juízo e ao raciocínio³, ninguém duvida de que sejam capazes de verdade e falsidade. Toda a controvérsia, então, girará em torno da simples apreensão⁴.

ARTIGO I: Se há verdade na simples apreensão

Nota 1: Pelo termo "simples apreensão" entendemos o conhecimento simples de um objeto, sem qualquer afirmação ou negação a seu respeito. Esse tipo de apreensão pode ser tanto intelectual quanto sensitiva, e ambas estão aqui englobadas sob uma designação comum.

³ Se alguém, contudo, desejar saber algo sobre este assunto, leia Francisco Suárez, *Disputationes Metaphysicae*, disputa 8, seção 4, e Didacus Ruiz de Montoya, *De Scientia Dei*, disputa 87, seção 6. Há ainda outra razão para que essa controvérsia seja deixada de lado: estamos tratando da verdade da cognição, mas as espécies e os hábitos não são cognição formal, sendo apenas princípios da cognição.

⁴ Poder-se-ia também discutir se a verdade se encontra apenas na cognição especulativa ou também na prática. Veja Suárez, *Disputationes Metaphysicae*, disputa 8, seção 5, e Ruiz, obra citada, disputa 87, seção 8. E parece que se deve afirmar que tanto a cognição prática, ou seja, aquela que orienta a ação a ser realizada, quanto a especulativa, que apenas compreende e contempla seu objeto, são sujeitos da verdade, pois ambas se conformam igualmente ao objeto.

Nota 2: Essa questão tornou-se obscura e altamente controversa devido a certas passagens de Aristóteles e de Santo Tomás de Aquino que, à primeira vista, parecem contraditórias. Em alguns momentos, ambos escrevem que a verdade existe apenas na composição e na divisão⁵, enquanto outros defendem que a verdade se aplica também aos conceitos simples.

Dessa forma, os autores, especialmente os mais antigos, dividem-se em opiniões contrárias, baseando-se nas doutrinas de seus mestres comuns. Por exemplo, Hervéus, Durandus e especialmente P. Vázquez ensinaram que a verdade reside apenas na composição e divisão. E para defender essa mesma posição, cita-se também o Cardeal Cajetano.

Em contrapartida, a corrente mais comum sustenta que a verdade também se encontra na simples apreensão, sendo defendida por importantes doutores como Capreolus, Ægidius, Soncinas, Molina, Fonseca, Suárez, Ruiz, Valentia, Toletus, os Conimbricenses, Ferrariensis, Sylvius, Arriaga e Hurtadus, entre outros.

Embora P. Vázquez, Izquierdo, Hurtadus e Arriaga tenham notado que essa controvérsia se trata principalmente de um problema de terminologia, ela se tornou tão famosa nas escolas que não podemos deixá-la de lado neste momento.

12. PROPOSIÇÃO. Não pode ser negado que a verdade existe na simples apreensão.

Provação. 1º. A simples apreensão é uma forma de conhecimento, e pode ser conformada ao objeto. Ora, todo conhecimento que é conforme ao objeto que representa, goza de verdade. Logo, a simples apreensão também possui verdade. Logo...

Provação 2º. De fato, existem definições verdadeiras. Ora, toda definição refere-se à primeira operação da mente, ou seja, à simples apreensão, como foi notado em seu devido lugar. Logo...

Provação 3º. A apreensão simples é algo real. Mas toda realidade tem alguma verdade, pelo menos transcendental, como é demonstrado na Ontologia. Logo, alguma verdade deve ser atribuída ao conceito simples.

Aqui, poderia se objetar que não se trata de verdade transcendental, mas sim lógica. Admito que seja assim. Porém, como alguns autores parecem, sem qualquer distinção, retirar de forma verbal toda a verdade da simples apreensão, quis, neste terceiro argumento, estabelecer que, ao menos a verdade transcendental, deve ser reconhecida, para que fique claro que não é necessária a defesa da terminologia deles. Assim, acredito que a proposição estabelecida, sob esse sentido geral, não pode ser negada por ninguém. De fato, o próprio P. Vázquez, juntamente com Durando e Hervéus, observa claramente que a verdade transcendental não deve ser negada à simples apreensão, mas apenas a lógica.

Para abordarmos mais de perto a questão, devemos ver se à simples apreensão deve ser atribuída não só a verdade comum a todas as coisas, mas também a verdade própria do conhecimento, ou seja, a lógica e formal.

ARTIGO II. Qual tipo de verdade compete à simples apreensão.

⁵ Aristóteles, *Peri Hermeneias*, livro 1, capítulo 1; *De Anima*, livro 3, capítulo 6, texto 22; *Metafísica*, livro 6, capítulo 2, verso final. Santo Tomás, *Summa Theologiae*, parte 1, questão 16, artigo 2; *De Veritate*.

13. Nota. 1º. O fato de a verdade não ser plena, perfeita e consumada na primeira operação da mente não necessita de prova. É evidente que a simples apreensão de uma coisa é um conhecimento ainda incipiente e imperfeito, que deve ser completado por julgamento e raciocínio. Assim, sendo a verdade um dom do conhecimento, o conhecimento imperfeito só pode ser adornado por uma verdade imperfeita, sendo isso necessário.

2º. Portanto, a controvérsia diz respeito apenas à questão de saber se à simples apreensão compete a verdade lógica. Pois, depois de impugnar fortemente a opinião daqueles que negam a verdade ao conceito, o P. Suárez conclui que a verdade é apenas metafísica ou transcendental. Assim, parece que ele retoma a posição de Vázquez, Durando e Hervéus, que, como vimos recentemente, nunca quiseram excluir a verdade transcendental. E, de fato, parece ser também essa a opinião do P. Domingos Bañez.

Por outro lado, autores como Ferrariensis, Ludovico Molina, Didacus Ruiz, Valentia, os Conimbricenses, Hieronymus Fassolus, Hurtadus, Arriaga, De Rhodes, Carleton Compton e outros sustentam que à simples apreensão deve ser atribuída a verdade lógica. E esta parece ser a verdadeira doutrina de São Tomás.

14. PROPOSIÇÃO. Deve ser atribuída à simples apreensão a verdade lógica ou formal.

Provação 1º. A verdade lógica consiste no conhecimento conforme ao seu objeto. Ora, a simples apreensão é um conhecimento, e é conforme ao seu objeto. Logo, a simples apreensão possui a verdade lógica.

A maior premissa contém a definição da verdade lógica, e a menor é tão verdadeira que será necessário, abaixo, provar que a simples apreensão se conforma ao seu objeto de tal forma que não pode ser desforme em relação a ele.

Provação 2º. Segundo a doutrina comum, a verdade transcendental consiste em o objeto se conformar, ou ser conformável, ao intelecto ou conhecimento; a verdade lógica, por outro lado, consiste em a cognição se conformar ao objeto. Ora, à simples apreensão compete não apenas a primeira adequação. Logo...

De fato, a simples apreensão não é apenas conforme às ideias divinas arquetípicas, não é apenas conformável ao intelecto no sentido de que possa ser conhecida em si mesma em outro ato de verdadeiro conhecimento, o que constitui um duplo modo de explicação da verdade transcendental, como veremos em seu devido lugar⁶; mas, além disso, como é imagem representando algum objeto, a apreensão deve ser conforme a este objeto.

Provação 3º. Ninguém, de fato, negará que o conceito que apresenta o animal racional seja logicamente verdadeiro, se for referido ao homem pelo sujeito pensante. Ora, do fato de ser referido ao homem, nada se acrescenta ao próprio conceito. Logo, esse conceito, embora contenha apenas uma simples noção e não se refira ao homem, possui, em si, a mesma verdade. Da mesma forma, a imagem de César, mesmo que não se refira a César e não seja notada como semelhante a ele, realmente não deixa de ser semelhante e conforme ao seu modelo.

⁶ São Tomás costuma declarar a verdade transcendental de duas maneiras: 1º pela ordem em relação ao intelecto prático divino ou à conformidade, que cada coisa possui com as ideias divinas arquetípicas, das quais é atribuída a cada coisa criada a medida de sua perfeição e entidade. 2º pela ordem em relação ao intelecto especulativo, na medida em que qualquer coisa cognoscível é, de fato, capaz de conformar-se ao intelecto, a partir do qual é verdadeiramente conhecida. Veja os locais citados acima. Mas sobre isso, consulte a Ontologia.

Disse que esta doutrina é do Doutor Angélico: isso é o que agora deve ser provado.

1. Porque, segundo São Tomás, a verdade é encontrada no intelecto, na medida em que ele apreende a coisa como ela é (1). E a verdade do nosso intelecto é, na medida em que ele se conforma com o princípio, ou seja, com as coisas, das quais ele recebe o conhecimento (2). E o intelecto, enquanto cognoscente, é verdadeiro na medida em que tem semelhança com a coisa conhecida, que é sua forma, na medida em que é cognoscente. E por isso, a verdade é definida pela conformidade entre o intelecto e a coisa (3).

E todas essas questões se aplicam também à simples apreensão.

2. Muitas vezes, São Tomás, nos próprios locais em que parece negar a verdade à simples apreensão, ensina que o intelecto que apreende simplesmente é verdadeiro, embora a verdade não esteja senão no juízo (4). Ora, o intelecto que apreende simplesmente, segundo a mente de Tomás de Aquino, não é verdadeiro apenas pela verdade transcendental. Logo...

Menor. Pois em todos aqueles locais, o intelecto é dito verdadeiro porque está conforme às coisas. E essa noção é a da verdade lógica, segundo a doutrina do Doutor Angélico, como vimos acima. Logo, quando, de um lado, São Tomás concede que a simples apreensão é verdadeira e, de outro lado, ensina que a verdade compete somente ao juízo, não se deve entender que ele tenha negado toda a verdade lógica aos conceitos simples, mas uma verdade especial, que seja característica apenas do juízo.

3. Mas que outros argumentos devemos apresentar sobre esta questão? O próprio Doutor Angélico, seu mais verdadeiro intérprete, escreveu claramente que, quando se diz que a verdade está apenas no juízo, deve-se entender que a verdade está, de fato, na simples apreensão, mas não como algo conhecido, e sim como uma coisa qualquer, porque é somente no ato do juízo que a verdade é percebida e conhecida, a qual já está possuída; como será explicado no artigo seguinte.

RESOLUÇÃO DAS DIFICULDADES.

Obj. 1. Aristóteles e São Tomás, em muitos lugares, negam a verdade aos conceitos simples.

Resp. Distinção afirmada: eles negam aquela verdade especial e própria dos juízos, a qual será logo esclarecida. Negam toda a verdade à simples apreensão, e isso é falso. A questão está clara em outros locais, onde nossa doutrina é explicitamente contida.

Obj. 2. Se a simples apreensão tivesse verdade, também seria suscetível de falsidade. Pois as contradições estão sempre em torno do mesmo sujeito, e a verdade e a falsidade se opõem entre si. Contudo, a falsidade não pode ocorrer na simples apreensão, como agora supomos e provaremos mais adiante. Logo...

Resp. Negativa. Maior: Distinção da primeira afirmação. As contradições são sobre o mesmo sujeito, de tal forma que qualquer sujeito capaz de uma forma, também seria capaz de uma forma contrária. Negativa. As contradições são sobre o mesmo sujeito apenas quando o sujeito é apto a receber formas contrárias, mas isso não acontece no mesmo ato. Conc. Pois as contradições são aquelas que estão no mesmo gênero, de forma que as duas formas se opõem ao mesmo sujeito; a menos que uma delas seja imposta pela natureza. Logo, não é necessário que um sujeito capaz de uma forma também possa receber a contrária. Assim, o intelecto

divino é verdadeiramente o mais perfeito, e, no entanto, ele repele toda falsidade essencialmente. O intelecto humano é capaz tanto da verdade quanto da falsidade, mas não nos mesmos atos. Pois, no ato certo e evidente, especialmente no ato da fé sobrenatural, é adornado de tal forma pela verdade que não pode errar, pois o erro se oporia a esses atos. O mesmo se aplica à simples apreensão.

Obj. 3. A proposição, segundo a definição comumente aceita, é uma expressão que significa o verdadeiro ou o falso. Ora, se a verdade competisse à simples apreensão, esta definição não seria correta. Pois, então, não apenas na proposição, mas também em qualquer frase, e até mesmo em termos incompletos — embora estes sejam expressões de apreensões simples — haveria uma significação de verdade. Logo...

Resp. Distinção Maior: A proposição é uma oração que expressa, de forma plena e perfeita, o verdadeiro ou o falso, e isso de maneira peculiar, como será exposto no juízo. Conc. A proposição é uma oração que, de qualquer forma, expressa a verdade, negada.

Na verdade, deve-se dizer o mesmo sobre a expressão oral das cognições, como sobre as próprias cognições da mente, já que a verdade da linguagem é um sinal da verdade do intelecto. Embora nosso intelecto possa possuir a verdade em qualquer tipo de conhecimento, somente no ato do juízo ele a possui de forma plena e perfeita. E embora a simples apreensão tenha em si a verdade, ela só é reconhecida como tal no ato do juízo. Esta é a doutrina do Doutor Angélico, exatamente onde ele explica a definição de proposição. Logo, nesse sentido, a proposição é uma oração que expressa a verdade, que está no intelecto como algo conhecido.

Obj. 4. Se a verdade lógica estivesse na simples apreensão, também estaria nas espécies inteligíveis e nos hábitos, pois estas também possuem sua conformidade com os objetos para os quais contribuem para a sua compreensão. Contudo, isso parece absurdo, pois a verdade é própria da dádiva do conhecimento. Logo...

Resp. Negativa. A Maior não é bem provada. Para a razão da verdade lógica, não basta qualquer conformidade, mas aquela que existe entre o conhecimento formal e o objeto. As espécies e os hábitos não são propriamente o conhecimento formal, mas os princípios do conhecimento.

Obj. 5. A verdade da simples apreensão, ao menos, não parece ser lógica, mas transcendental. Pois a verdade transcendental é aquela que se confunde com a própria essência das coisas.

Mas tal é a verdade da simples apreensão. Logo... E a Menor é provada. Pois a razão da verdade na primeira operação da mente surge porque a simples apreensão é essencialmente uma imagem e uma representação de algum objeto; por isso, deve conformar-se com ele necessariamente.

Resposta: nego a afirmação e distingo a maior parte da proposição.

A verdade transcendental é a própria essência das coisas, na medida em que se conforma ou pode se conformar ao intelecto; ao contrário, nego. A essência da simples apreensão está nisso, que ela se conforme com o objeto, que ela expressa aqui e agora, e representa. A essência da apreensão simples é, então, que ela seja conformável ao intelecto, e que, por outro ato, possa ser apreendida em si mesma. Sob essa consideração, a verdade transcendental se aplica; mas a verdade lógica, nego. A verdade transcendental está na coisa e é derivada pela sua relação com o intelecto, do qual ela recebe a medida de sua perfeição ou pode ser conhecida pela verdadeira cognição: portanto, ela consiste na conformidade ou na possibilidade de

conformidade da coisa com o intelecto. Ao contrário, a verdade lógica ou formal está na cognição e consiste na conformidade do conceito com a coisa.

Logo, na simples apreensão, pode-se observar uma dupla verdade. Pois a mesma simples entidade física, que é um começo do conhecimento da coisa, adquire uma verdade diferente, conforme o termo com o qual pode ser comparada: se considerada em relação ao objeto com o qual aqui e agora se adequa, e expressa idealmente em si mesma, ela é adornada pela verdade lógica, e era disso que estávamos falando em nossa proposição. Se, no entanto, ela for comparada ao intelecto, como uma coisa que tem sua essência correspondente aos tipos das ideias divinas e pode ser conhecida pela verdadeira cognição através de outro ato do nosso intelecto, ela terá uma verdade transcendental. Essas duas verdades, portanto, embora se encontrem na mesma coisa física, não devem ser confundidas em seus conceitos, pois provêm de uma consideração muito diferente e de uma relação de conformidade distinta.

Obj. 6. Mas São Tomás frequentemente ensina que a verdade está propriamente no juízo e, também, que a verdade está na simples apreensão, como se fosse uma coisa. Contudo, isso parece ser incompatível com nossa doutrina.

Resposta: Distingo o primeiro membro da proposição maior. São Tomás ensina que a verdade, de maneira própria ao intelecto, ou seja, de forma cognoscível, está unicamente no juízo. A verdade, mesmo a lógica, de qualquer forma, não pode estar fora do juízo, ensina São Tomás, nego. E igualmente distingo o outro membro; São Tomás escreveu que a verdade está na simples apreensão como sendo uma coisa verdadeira, para denotar que essa é a verdade transcendental, nego, para denotar que a verdade não está na simples apreensão como algo conhecido no cognoscente, conc.

Assim como, quando se trata da verdade do intelecto, não se coloca em questão a verdade comum a todas as coisas, mas sim a especial e própria do intelecto, isto é, a lógica, assim também, quando se questiona em qual ato do intelecto a verdade lógica se encontra, a questão pode ser entendida e é entendida por muitos sobre a verdade que está na mente, segundo a natureza peculiar da mente, ou seja, como algo entendido e conhecido. Pois a verdade pode existir de duas maneiras no intelecto, como conhecida e como não conhecida. E a verdade que é como conhecida, ou que é e é cognoscida, é dita por São Tomás ser própria ou de maneira cognoscitiva e própria ao intelecto, pois somente o intelecto pode possuir a verdade de tal forma que ele a conheça; mas a verdade que não é como entendida, ou que é, mas não é conhecida, por uma razão oposta, é dita estar no intelecto como algo em uma coisa, porque esse modo de possuir a verdade não é próprio do intelecto. Portanto, há uma diferença entre possuir a verdade lógica de qualquer forma, como materialmente e subjetivamente, e possuí-la de maneira objetiva e cognitiva. A primeira afirmação é sustentada, a segunda negada pelo Doutor Angélico à simples apreensão.

Obj. 7. Quando alguém ouve palavras simples, ele não afirma que o que é dito é verdadeiro. Logo, deve-se concluir o mesmo sobre a simples apreensão, cujas palavras simples são um sinal. Contudo, isso parece significar que nas palavras simples não há nenhuma verdade. Logo...

Resposta: Distinção anterior. Isso ocorre porque, nas palavras simples, não há absolutamente nenhuma verdade, nego, porque não há a verdade plena e tal como é encontrada nas proposições e juízos, conc. Toda essa doutrina será melhor esclarecida no artigo seguinte.

* * *

URRÁBURU, Juan José. Quid falsitas logica et quomodo veritati opponatur.
In: URRÁBURU, Juan José. *Institutiones Philosophicæ, Vol. 1: Logica*. Forgotten
Books, 2018. p. 413-427.

Recebido em: 03/2025
Aprovado em: 12/2025